

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

10 mar 2017 | O Globo | ANDRÉ DE SOUZA andre.renato@oglobo.com.br -BRASÍLIA-

Quebra-cabeça da chapa Dilma-Temer

TSE quer esclarecer divergências sobre atuação do ex-vice na arrecadação de campanha

Quatro ex-executivos da Odebrecht serão submetidos a acareação hoje no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no processo que poderá levar à cassação da chapa Dilma-Temer. Serão ouvidos Marcelo Odebrecht, Cláudio Melo Filho, Hilberto Mascarenhas e Benedicto Barbosa da Silva Junior. O objetivo é que eles esclareçam pontos divergentes sobre a atuação de Temer na arrecadação de recursos para a campanha de 2014.

Como estratégia de defesa, Temer tenta separar a análise das contas, alegando não ter responsabilidade sobre eventuais ilegalidades cometidas pela titular da chapa. Ele também poderá pedir a nulidade de depoimentos de executivos da Odebrecht, se forem prejudiciais à sua defesa.

Ontem, o relator do processo no TSE, ministro Herman Benjamin, determinou que mais um executivo da Odebrecht seja interrogado. Na tarde de hoje, será ouvido, após a acareação, Fernando Migliaccio. Nas investigações da Lava-Jato, Migliaccio é apontado como responsável por offshores e contas que foram usadas pela Odebrecht para pagar propina no exterior. Ele teria feito repasses ao publicitário João Santana e para a mulher dele, Mônica Moura. Santana foi o marqueteiro da campanha da chapa vencedora da eleição de 2014, com Dilma Rousseff como candidata a presidente e Temer, a vice.

O TSE já tinha marcado para hoje mais dois depoimentos: José de Carvalho Filho, que trabalhou na área de Relações Institucionais da Odebrecht e teria participado das negociações de repasses de recursos a diversos políticos; e Maria Lúcia Tavares, que trabalhava no Setor de Operações Estruturadas, o chamado "departamento de propina" da empreiteira.

RELATOR QUER JULGAR CASO ATÉ ABRIL

O relator Herman Benjamin quer julgar o caso até abril, antes de mudanças na composição no TSE. Mas seus colegas acham difícil concluir até mês que vem. O próprio ministro fica no tribunal até outubro, mas poderá ser reconduzido ao cargo. Uma possibilidade estudada por aliados de Temer é estender o processo até 2018, quando termina seu mandato. É possível que, numa eventual condenação, Temer perca apenas alguns meses de mandato.

Caso as contas não sejam separadas e haja condenação, Dilma fica inelegível, e Temer perde o mandato, mas poderá continuar disputando eleições. Isso porque o TSE costuma tornar inelegível apenas o titular da chapa.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)